

Entrevista com o primeiro diretor, associado António Calvinho

“Todos fomos diretores do ELO”

FOTOS FABRÍCIO LOPES



O primeiro diretor do ELO e diretor convidado desta edição recordou as estórias da história da ADFA e do jornal, dos seus primeiros passos no momento decisivo da ocupação do Palácio da Independência e da primeira manifestação pública dos deficientes militares. São memórias vivas de um homem sempre ativo, sempre atento e que não gosta de holofotes. Prefere lembrar que a ADFA e o ELO são fruto de um esforço coletivo, de grande dedicação e de muito sacrifício, em prol dos direitos inalienáveis de todos os deficientes militares.

ELO - Quem é o associado António Calvinho?

António Calvinho (AC) – Sou natural de Aldeia Nova de São Bento, no concelho de Serpa, no Alentejo. Fui ferido em 1968, com gravidade, no rebentamento de uma mina, em Metangula, Moçambique, ao regressar de uma operação. Do nosso capitão restavam 11 quilos de carne carbonizada e eu fiquei com queimaduras graves numa grande parte do corpo. Foram cerca de três anos de tratamentos, intervenções cirúrgicas e 22 anestésias gerais.

Em Lisboa, no Hospital militar, contactei com Diniz de Almeida, que me pôs ao corrente do Movimento dos Capitães, com o qual passei a colaborar ativamente e que viria a desencadear o 25 de Abril. Despertava o movimento dos deficientes militares no Hospital Militar e difundíamos os documentos do Movimento das Forças Armadas. Participámos ativamente no Movimento que saiu vitorioso do 25 de Abril.

ELO – Como surgiu a ADFA neste ambiente?

AC – Nessa altura fazíamos a recolha de assinaturas para manifestos, nas várias unidades em que estavam internados os deficientes militares. Com o 25 de Abril, em algumas reuniões com um grupo restrito de deficientes militares, constituiu-se uma comissão “ad hoc” e, numa sala

do Palácio da Independência, onde reuníamos regularmente com cada vez mais camaradas, decidimos criar a Associação, em 14 de maio de 1974, com a entrega do primeiro comunicado da ADFA à Junta de Salvação Nacional. Depois, os factos sucederam-se de forma vertiginosa: a noção de que seria necessário criar delegações, para criar maior proximidade entre os deficientes militares, a reunião realizada no Pavilhão dos Desportos, que contou com a presença do delegado do MFA, primeiro-tenente Ramiro Correia, a difusão da existência da ADFA pela comunicação social. Passámos a estar visíveis na sociedade portuguesa, mas ainda necessitávamos de espaço e de comunicar com toda a clareza ao povo português o nosso propósito.

ELO – Chegamos então à altura em que decidem ocupar o Palácio da Independência?

AC – Antecipámo-nos e interrompemos o crochet das antigas colaboradoras da Mocidade Portuguesa que ainda estavam no Palácio [risos]. Precisávamos de espaço e o Palácio da Independência era o sítio onde já reuníamos numa sala e que para nós era um local simbólico, com toda a sua carga histórica acerca da Independência de Portugal. O que restou da extinta Mocidade Portuguesa, os móveis e algum equipamento

muito antigo, serviu para dar os primeiros passos na preparação do ELO. Na madrugada de 23 de novembro de 1974, ocupámos todo o Palácio e promovemos a manifestação dos deficientes militares para o Palácio de São Bento. Foram tempos de grande mobilização, de enorme sacrifício pessoal, com noites mal dormidas ou em vigília total. Assumo-o com a emoção natural que estas memórias sempre me suscitam.

ELO - E como veio a ser o primeiro director do ELO? Como foi esse dia do “número zero”?

AC - Levar a frase “ADFA - a força justa das vítimas de uma guerra injusta” para a rua foi um acto de grande coragem, de liberdade total e de grande afirmação cívica. Tínhamos uma “equipa” que tratou de preparar o número “zero” do ELO, o nosso manifesto público ao povo português, que anunciava que o Palácio da Independência passava a ser a Sede da ADFA, bem no centro da capital, no seio do pulsar do povo e da revolução.

Assumi a função de diretor do ELO mas, na verdade, considero que “éramos todos diretores”. Recordo aqui o Lavouras Lopes, o Manuel Lopes Dias, o Luís Baltazar, o Victor Sengo, o Armando Barradas, entre tantos outros. Apesar de ter o meu nome na primeira página, como diretor, a responsabilidade foi partilhada

e assumida por todos. O ELO foi fruto da nossa necessidade de comunicar diretamente com a população e com os associados, sem intermediários, sem filtros, para que não houvesse equívoco sobre a força viva dos deficientes militares que tinham base nos três pilares: democratização, desenvolvimento e descolonização.

ELO - Durante quanto tempo foi o diretor do ELO?

AC – Durante um ano, até à edição número 21, de outubro de 1975, foi o meu nome que publicámos na primeira página. Foi um tempo de luta, de vontade, de dedicação e de força, sempre à procura de ajudar e de intervir, no seio de uma revolução que nos trouxe a democracia e a liberdade.

ELO - Qual era a conjuntura político-social da época em que o primeiro número do ELO saiu para a rua?

AC – O primeiro-ministro Vasco Gonçalves deu-nos todo o apoio e, na primeira audiência com a ADFA, noticiada no ELO número um, perguntou-nos sobre a nossa consciência da responsabilidade que sobre nós recaía naquele momento em que saímos à rua e em que ocupámos o Palácio. Mas legitimou a nossa presença no Palácio da Independência, que passou a ser a Sede Nacional da ADFA.

Queríamos acabar com a ideia preconceituosa do deficiente militar como “coitadinho” e o ELO era a face informativa e pública da ADFA recém-formada.

ELO - Que eventos realça, de entre os que foram alvo da cobertura jornalística, nesse primeiro ano de edição? E que figuras políticas e outras mais se destacaram?

AC – Entre as figuras que marcaram a nossa história recente, destacam-se Otelio Saraiva de Carvalho, comandante do COPCON, que, como o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, deu o seu aval para que prosseguíssemos, reunindo todas as condições para a nossa luta pela reparação moral e material dos deficientes de guerra. As principais unidades militares que nos apoiavam eram Cavalaria 7, com Mário Tomé e Campos Andrada, e o RALIS, com Diniz de Almeida.

ELO - Que meios humanos e materiais/financeiros estavam disponíveis para a edição de um jornal como o ELO?

AC – Aqui é tempo de lembrar o Barradas [associado Armando Barradas da Conceição] e de como foi importante na elaboração do ELO. Na Tipografia da Cruz Vermelha Portuguesa, que também ocupámos, cumprimos a estratégia de comunicação da ADFA. Na composição a chumbo, nas emendas, na produção de outros materiais como cartazes e folhetos. Manifestámos que a ADFA era contra a esmola e a caridade e pelo direito ao trabalho. Participámos ativamente na luta dos trabalhadores. O Barradas é ainda hoje o símbolo dos que tanto deram à ADFA e ao ELO. Durante o movimento de ocupação da Tipografia, o Barradas esteve sempre lá, noite após noite. Passou, também graças a ele e à sua dedicação, a ser a Tipografia-Escola da ADFA, pois a ideia era trabalhar e ensinar. Foram actos de forte carga revolucionária em que os associados engrossavam o caudal da mobilização. O ELO foi um instrumento dissuasor das forças reacionárias que teimavam em fazer regredir a marcha dos nossos direitos. O ELO e a Tipografia dedicaram-se à reabilitação, para além da missão reivindicativa.

Em dois ou três dias editávamos os conteúdos e, nessa altura, levávamos o jornal para a Tipografia, para ser composto a chumbo, impresso e distribuído.

ELO - Qual era então a missão do ELO? O que pretendiam informar aos associados?

AC – O ELO contribuiu para mudar mentalidades. Era muito difícil alterar o paradigma da mística do herói combatente para a realidade das vítimas de uma guerra injusta. Alterar o sistema mental para que não volte a haver mais deficientes de guerra foi o grande papel informativo do ELO.

ELO - Que secções temáticas tinha o ELO nessa altura?

AC – Difundimos contos do Miguel Torga, paginámos poemas, interagimos com os civis e publicámos matérias sobre a inovação tecnológica na área da deficiência. O ELO foi um bom meio de interação com a população, foi o emis-